

Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia

A systematic approach for the analysis of monuments in geography

Roberto Lobato Corrêa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Este texto é uma reflexão sobre as leituras realizadas por geógrafos na análise de formas simbólicas expressivas do espaço público das cidades visando contribuir para a sistematização do conhecimento a respeito de importante faceta da espacialidade e temporalidade humana. Os estudos geográficos centrados nos significados atribuídos à natureza e às construções humanas compreendem os monumentos urbanos enquanto formas politicamente concebidas, passíveis de interpretações plurais, fruto do tensionamento contínuo das complexas relações entre identidade e espaço e poder.

Palavras-chave: monumentos, espaço, cultura, poder, identidade.

Abstract: This text is a reflection on geographical interpretations of symbolic expressive forms in urban public space. It aims at contributing to a systematic approach on the important knowledge of human spatiality and temporality. Geographical studies referring to the meaning of nature and human constructions do understand urban monuments as forms which are politically conceived, open to diverse interpretations and that are the result from permanent tensions between the complex relations of identity, space and power.

Key words: monuments, space, culture, power, identity

INTRODUÇÃO

Formas simbólicas grandiosas como estátuas, obeliscos, colunas, memoriais e templos, os monumentos são representações materiais de eventos passados. Integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade.

A despeito da importância a eles atribuída pelo senso comum e do interesse que despertaram em pesquisadores das diversas ciências sociais e humanidades, na geo-

grafia o interesse pelos monumentos foi tardio. Segundo Atkinson e Cosgrove (1998), o marco inicial de referência entre os geógrafos é o estudo de Harvey (1979) sobre a Basílica de Sacré Coeur de Montmartre em Paris, no qual o autor discute os embates políticos associados à sua construção. É no âmbito de uma geografia cultural renovada, crítica e centrada nos significados atribuídos à natureza e às construções humanas, que aparecem estudos de geógrafos discutindo os significados atribuídos aos monumentos, envolvendo os embates sobre a construção, locali-

zação e iconografia.

O presente texto resgata as leituras realizadas por geógrafos ao analisarem alguns expressivos monumentos, visando contribuir para a sistematização do conhecimento a respeito de importante faceta da espacialidade e temporalidade humana. Este texto, por outro lado, constitui-se em uma versão do artigo Monumentos, Espaço e Política, objeto de conferência realizada em outubro de 2004, no âmbito do 4º Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura, realizado na UERJ, Rio de Janeiro. Simplificação, exclusão de exemplos e inclusão de dois estudos relativos ao Brasil estabelecem algumas diferenças entre este e o artigo original (CORRÊA, 2005).

MONUMENTOS: BREVES NOTAS

Mais do que apenas objetos estéticos, os monumentos são intencionalmente dotados de sentido político, capazes de “condensar complexos significados” (ROWNTREE E CONLEY, 1980, p. 460) em torno de valores e práticas e ao mesmo tempo atuar como “mecanismos regulatórios de informações que controlam significados” (ROWNTREE E CONLEY, 1980, p. 465). Podem, assim, serem vistos como textos (DUNCAN, 1990), impregnados de figuras de linguagem como metáforas, metonímias, sinédoques e alegorias, que comunicam mensagens de forma simbólica (LIVINGSTONE E HARRISON, 1982, DUNCA, 1990), associadas a temas como poder, identidade e conflitos gerados por ambos.

Textos, rituais e símbolos materiais são meios pelos quais afirmação e contestação podem se manifestar. Os monumentos, contudo, são mais acessíveis à maioria da população. Fixos, comunicam permanentemente mensagens (JOHNSON, 1994). Os monumentos, em realidade, foram concebidos e construídos para cumprir algu-

mas funções que, via de regra, necessitam de decodificação. Formas simbólicas, constituem aquilo que Leib (2002, p. 289) denomina de “elementos centrais da iconografia política da paisagem”. Entre as funções concebidas é possível reconhecer pelo menos as seguintes, que aparecem tanto de modo isolado como combinadamente:

- i – Perpetuar antigas tradições consideradas positivas, tanto para o presente como para o futuro.
- ii – Fazer parecer antigo aquilo que é novo e considerado necessário para o presente e o futuro. A força da tradição, mesmo inventada, asseguraria alcançar os objetivos desejados.
- iii – Transmitir valores de um dado grupo como se fossem de todos. Esses grupos podem ser religiosos, étnicos, raciais e sociais.
- iv – Afirmar a identidade de um grupo religioso, racial ou social. Neste caso, como no anterior, relações de poder estão presentes na concepção e construção de monumentos.
- v – Glorificar o passado, acentuando os seus valores, pensando no presente e mesmo no futuro.
- vi – Sugerir que o futuro já chegou, sendo portador de novos sentidos, vinculados, via de regra, ao progresso e à harmonia social, construídos pelos grupos socialmente poderosos do presente.
- vii – Criar “lugares de memória”, cuja função é a de coesão social em torno de eventos de um passado comum.

Os monumentos, contudo, enquanto construções sociais, politicamente concebidos, são portadores de ambigüidades. A sua capacidade de transmitir aquilo que desejavam os seus idealizadores pode ser limitada e mesmo contestados os significados que deles se desejavam. Os monumentos não constituem fontes seguras para a elaboração de um único conjunto de sig-

nificados. A instabilidade dos monumentos, vistos como textos, é apontada, entre outros, por Duncan (1990), Daniels e Cosgrove (1993), Mondada e Söderström (1993), Duncan e Sharp (1993), Peet (1996), Auster (1997) e Atkinson e Cosgrove (1998).

Os monumentos são submetidos à plurivocalidade, contrapondo celebração e contestação. É isso que dá sentido político aos monumentos (JOHNSON, 1995).

MONUMENTOS: IDENTIDADE E PODER

A análise geográfica dos monumentos pode estar centrada em dois focos principais, identidade e poder. Ambos manifestam-se de diferentes maneiras, entre elas, por intermédio dos monumentos. A espacialidade necessária que apresentam, implicando em localizações fixas e de longa duração, ao lado da iconografia de que são portadores, conferem aos monumentos o caráter de poderosos meios de comunicação de valores, crenças e utopias, assim como de afirmação do poder daqueles que os construíram. Dotados de alcance espacial limitado, face aos modernos meios de comunicação que instantânea e simultaneamente produzem e divulgam imagens impregnadas de intenções, no entanto, os monumentos têm um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valores estáticos e simbólicos. As paisagens e os lugares constituem parte da espacialidade dos monumentos. É nessa perspectiva geográfica que os monumentos devem ser analisados, como, de fato, o foram pelos autores que ora se resgata.

MONUMENTOS, HERÓIS E IDENTIDADE

Os monumentos podem ser portadores

de um sentido identitário nacional, associados, em muitos casos, à religião e a personagens considerados como heróis da nação. Cinco exemplos ilustram essa relação entre monumentos, heróis e identidade, um reportando-se a Moscou pós-soviética, outro à Itália, outro à capital da república do Usbequistão e, finalmente, a monumentos localizados em São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro.

A Catedral Cristo Salvador, localizada a duas quadras do Kremlin, foi inaugurada em 1997. Possui 103 metros de altura e é o maior templo russo. Sua rápida construção na década de 1990, a história do local onde está situada, assim como os monumentos que anteriormente ali existiram ou que se desejava construir, estão impregnados de significados políticos, como aponta Sidorov (2000).

Entre 1831 e 1881, foi ali erguida a primeira catedral dedicada a Cristo Salvador, comemorando a vitória sobre as tropas de Napoleão, em 1812. Símbolo nacional, localizava-se no local do antigo convento de Santo Alexius, inaugurado em 1360. Maior igreja russa, foi concebida originalmente para ser maior que a Basílica de São Pedro, no Vaticano, principal igreja católica. Foi demolida em 1931 para dar lugar ao Palácio dos Soviets, planejado para ser o novo monumento nacional, símbolo do novo modelo político e social: por isso foi planejado para ser mais alto que a Torre Eiffel, em Paris, e o Empire State Building, com 105 andares, em Nova York, inaugurado em 1931. O prédio nunca foi construído e em seu lugar, posteriormente, construiu-se gigantesca piscina pública. Entre 1994 e 1997, sob condições políticas pós-soviéticas, constrói-se, no mesmo lugar, a nova e monumental catedral, símbolo nacional que procura reafirmar a identidade religiosa do povo russo (Sidorov, 2000). A atual catedral, a que a precedeu ou o prédio que ali fora planejado, atribuíram

ao lugar um significado político.

O monumento a Vittoria Emanuele II, o primeiro rei da Itália unificada, localizado em Roma e inaugurado em 1911, cinquenta anos após a unificação italiana, constitui magnífico exemplo da associação entre produção simbólica e identidade nacional personificada na figura de um herói construído, como apontam Atkinson e Cosgrove (1998). Trata-se de um monumento cívico, cuja construção não foi objeto de intensos debates. Na década de 1930, o referido monumento foi o cenário de manifestações fascistas.

Grandioso, com três andares, o monumento em estilo neo-clássico expõe “uma narrativa heróica da história italiana” (ATKINSON E COSGROVE, 1998, p. 33). Além da estátua equestre do rei, estão representados alegoricamente o passado imperial, a unificação italiana, o caráter secular do Estado italiano em oposição à presença próxima do Vaticano, os soldados italianos mortos em diversas guerras, as cidades e regiões italianas. Considerado o “altar da nação”, o monumento constituiu-se em exemplo de retórica, isto é, “técnicas de argumentação visando convencer e persuadir no espaço público urbano” (ATKINSON E COSGROVE, 1998, p. 31).

A localização do monumento a Vittorio Emanuele II está impregnada de significados. Localizado à Piazza Venezia, está no centro simbólico de Roma, “na junção entre a zona arqueológica do Fórum Romano, a cidade medieval e barroca dos Papas” e a cidade do século XIX (ATKINSON E COSGROVE, 1998, p. 28). Mais significativa é a localização junto à encosta norte da colina do Capitólio, onde a cidade foi fundada, onde estão as ruínas do Fórum Romano, sede do Império e onde no século XIV uma efêmera República Romana resistiu à expansão do Vaticano. A colina do Capitólio tem o sentido de “sítio sagrado”, local de celebração do culto à “comunidade”, um conjunto de valores que,

admitidamente, impregna toda a nação italiana. A localização junto à colina do Capitólio tem o sentido de continuidade espaço-temporal da tradição romana imperial, a qual se quer fazer presente na moderna Itália unificada.

A visibilidade foi ampliada por meio de obras de demolição de prédios e alargamento de ruas e praças, incluindo a Piazza Venezia. A centralidade do monumento expressa-se também pela sua localização na intersecção dos eixos norte-sul e leste-oeste da cidade. Simbolismo, visibilidade e acessibilidade compõem, juntos, os fins e os meios que giram em torno do monumento. Este e a Piazza Venezia foram, durante o fascismo, transformados em ponto focal da espacialidade desse regime político. Ambos foram articulados por via terrestre e radiofônica – os discursos de Mussolini eram proferidos na Piazza Venezia, em frente ao monumento – a toda a cidade e ao território italiano. Tentava-se, assim, reviver a Roma Imperial.

Atualmente, o monumento tem um limitado prestígio, sendo mesmo objeto de desprezo. A retórica que o colocou como ponto focal da unidade italiana e do fascismo desapareceu. O monumento acumulou distintos “significados, identidades, histórias e memórias”, compondo uma rica, densa e polissêmica paisagem urbana (ATKINSON E COSGROVE, 1998, p. 46).

O terceiro exemplo refere-se aos monumentos na cidade de Tashkent, a capital do Usbequistão, país que em 1991, com o colapso da União Soviética, tornou-se independente. Esse exemplo ratifica a tese do sentido político dos monumentos, objetos de afirmação e contestação identitárias.

Em 1930, a capital da república soviética do Usbequistão foi transferida de Samarcanda para Tashkent, então uma modesta cidade, que foi ampliada e remodelada, visando a sua transformação em

uma cidade moderna, dotada de uma paisagem que a identificasse como uma cidade soviética. Inúmeros monumentos foram erguidos ao longo do período que se estende de 1930 à independência. Juntamente com outras formas simbólicas como avenidas, praças e prédios, esses monumentos objetivamente acabaram por exibir, de modo desigual, elementos identitários da cultura dominante, a russa, representações do internacionalismo soviético e, com menor ênfase, elementos da cultura nativa, usbeque (BELL, 1999).

A identidade soviética foi fortalecida durante o processo de reconstrução de Tashkent, após o terremoto de 1966. Assim, erigiu-se o Memorial da Coragem que, em tese, homenageava o povo usbeque pela luta para reconstruir a cidade. O referido monumento, contudo, enfatiza, por meio de alegorias, a força da URSS e a contribuição de cada uma das repúblicas soviéticas na reconstrução da capital usbeque. Em 1974, foi construída a estátua de Lenin, a maior em toda a União Soviética, cujo topo situa-se a uma altura equivalente à de um prédio de 10 andares.

A independência nacional criou a necessidade de estabelecer a identidade usbeque, inexistente no período pré-soviético e impedida de florescer no período soviético. Diferentemente dos países da Europa Oriental, o Usbequistão não teve um passado nacional a ser resgatado. Na criação da identidade nacional, que dá coesão ao país, a paisagem tem um papel crucial, constituindo-se em narrativa legitimadora da identidade (BELL, 1999). Nesse processo, formas simbólicas são destruídas, enquanto outras são construídas.

Os espaços públicos de Tashkent foram, assim, objeto de reformulação simbólica. Na redenominada Praça da Independência, ex-Praça Lenin, a gigantesca estátua de Lenin foi substituída em 1992 por um enorme globo de bronze representando a Terra, no qual apenas aparecem os limites do

território usbeque. A criação da identidade nacional está também intencionada na substituição do memorial dedicado a Karl Marx pela estátua eqüestre de Tamerlão, o rei-guerreiro da Ásia Central medieval, inventado como o fundador do Usbequistão. O poeta medieval Alisher Navoi, já enaltecido no período soviético, foi considerado como a grande referência cultural do Usbequistão, ganhando uma estátua e dando nome a um recém-construído museu. A expansão da religião islâmica constituiu-se em outro marco da identidade nacional (BELL, 1999).

O monumento dos Bandeirantes, localizado na cidade de São Paulo, pode ser interpretado como forma simbólica, cuja intenção daqueles que o conceberam e realizaram esforços para a sua construção era a de criar e difundir a identidade nacional a partir de certos valores associados ao “bandeirantismo” (DINIZ FILHO, 1992).

Proposto inicialmente em 1922, no dia em que se comemorava o centenário da independência racional, a sua construção foi apoiada por intelectuais paulistas, entre eles, e sobretudo, Cassiano Ricardo, fervoroso defensor do “bandeirantismo” enquanto conjunto de valores e práticas que poderiam servir de modelo para o país. A ‘bandeira’ caracterizava-se, entre outros aspectos, por um líder forte, pela solidariedade entre os seus participantes, pela participação hierarquicamente diferenciada de todas as raças, pela mestiçagem e pelo propósito de conquistar o interior bravo e hostil. Coadunava-se, assim, mais tarde, na década de 1930 e primeira metade dos anos 40, com muitas das idéias que eram propugnadas pelo Estado Novo. O monumento, ao legitimar o “bandeirantismo”, legitimaria o Estado Novo, conforme aponta Diniz Filho (1992).

Inaugurado em 1954, no dia em que a cidade de São Paulo comemorava 400 anos de existência, o monumento, de acordo com os planos originais, teve a sua locali-

zação estrategicamente planejada, impregnada de simbolismos. Localizado em frente ao Parque Ibirapuera, o monumento representa uma “bandeira” com todos os seus tipos sociais. Está voltada para a Avenida Brasil, indicando metaforicamente que este é o território a ser conquistado. Ao fundo encontra-se o Pico do Jaraguá, referência obrigatória das “bandeiras” que partiam de São Paulo ou que a ela chegavam (DINIZ FILHO, 1992).

O monumento dos Bandeirantes era, segundo Diniz Filho (1992, p. 75-76),

“... a tentativa de levar a cabo um projeto de construção nacional, cujo cerne consiste em estabelecer a existência de uma identidade brasileira através de uma generalização para todo o país de certas características pertinentes à história de São Paulo e a de um suposto caráter paulista”.

Trata-se, segundo o autor, baseado em Moraes (1988), de uma ideologia geográfica que corporifica um projeto político da elite paulista. Ressalte-se, adicionalmente, que essa tentativa não deve ser dissociada do processo de ascensão paulistana à condição de metrópole nacional, processo este que na década de 1950 se acelera.

Os monumentos, contudo, podem ser ressignificados a partir de diferentes apropriações que lhes conferem novos sentidos. Mais recentemente, segundo observa Diniz Filho (1992), o monumento dos Bandeirantes foi simbolicamente apropriado pelo governo petista da cidade de São Paulo e nesse processo valorizou-se a figura do trabalhador que compõe o monumento, em detrimento das outras figuras. Trata-se de processo de seletividade simbólica, indicando o caráter aberto, passível de apropriação em diferentes direções e propósitos, que caracterizam as formas simbólicas.

A estátua eqüestre de D. Pedro I, inaugurada em 1862 e localizada na Praça

Tiradentes, centro da cidade do Rio de Janeiro, constitui um exemplo associado à interpretação com base no enunciado da gratidão, conforme apontado por Knauss (1999). Primeiro monumento erguido em espaço público no Brasil, simboliza a gratidão a um personagem ligado ao Estado, sugerindo que a história do Estado e da sociedade sejam comuns e que esta deve ser grata aquele que simboliza o Estado, sendo o seu progenitor.

O monumento é em bronze, duradouro, portanto. O imperador está representado em uniforme de gala, montado em um cavalo que parece deslocar-se em passo, sugerindo a dignidade de reis e imperadores e a “Grandeza d’alma, prudência, segurança, sangue-frio e triunfo” (Ribeiro, 1999, p. 18). O imperador segura na mão direita, elevada, a Constituição do país, sugerindo tratar-se de uma monarquia constitucional e não absoluta. Na base há alegorias representando os quatro grandes rios do país, Amazonas, Paraná, Madeira e São Francisco, animais e índios. O monumento foi erguido em local amplo, acessível e capaz de possibilitar a realização de grandes rituais cívicos e militares. Foi nesse local que D. Pedro I jurara fidelidade à Constituição, sendo a praça denominada, na época, Praça da Constituição.

A estátua, conforme aponta Ribeiro (1999), representava valores monarquistas, tendo o propósito de criar um herói nacional e perpetuar a monarquia. Celebração e projeto político estavam presentes no monumento associados àquele que produziria feitos heróicos e para quem a nação tinha uma “dívida sagrada”, conforme subentendido.

Com a República contesta-se a importância do imperador e inventa-se outro herói nacional, Tiradentes, erigido em símbolo da independência republicana. D. Pedro I é colocado em segundo plano. Sua estátua, contudo, permanece no local, em uma praça que não desfruta mais do pres-

tígio que tivera no passado, localizada no contato entre o núcleo central da cidade e a zona periférica do centro, área de obsolescência. Fosse D. Pedro I celebrado como um grande herói nacional seria possível imaginar a transferência de sua estátua para local mais nobre. A praça atualmente denomina-se Praça Tiradentes e esta “convivência cívica dos dois personagens revela que [...] a elite política encontrou uma solução conciliatória” (RIBEIRO, 1999, p. 28), reunindo simbolicamente no mesmo espaço personagens tão diferentes, representantes de causas antagônicas, como D. Pedro I e Tiradentes. Toponímia e monumento, no caso, são formas simbólicas que representam sentidos distintos. Mas como essa distinção é percebida, se efetivamente o é, pelos diversos grupos sociais que vivem na cidade do Rio de Janeiro?

MONUMENTOS: CONFLITOS RACIAIS E DE CLASSE

Diferenças raciais e de classe, muitas vezes apresentando-se juntas, geraram ao longo da história humana inúmeras oposições e conflitos. A segregação residencial é uma expressão social e espacial dessa oposição e, muitas vezes, a base para conflitos. Os monumentos e sua localização podem dar visibilidade a essas oposições e conflitos, seja marcando posição de supremacia racial e social, seja porque traduzem contestação de um grupo face a outro. Os monumentos podem também acirrar conflitos já existentes.

A localização de um monumento no espaço urbano tem um sentido político, sustentando debates sobre onde localizar um dado monumento, especialmente se estes se referirem a heróis que representam causas conflitantes, envolvendo raça e classe social, como aponta Leib (2002) em seu estudo sobre o monumento em ho-

menagem a Arthur Ashe, em Richmond, Virgínia, nos Estados Unidos. Trata-se de monumento dedicado a um negro, tenista renomado e defensor dos direitos civis. Proposto pelo movimento negro, o monumento seria localizado na Monument Avenue, onde em 1890, com a presença estimada de cerca de 100.000 pessoas, foi inaugurada a estátua eqüestre do general Robert Lee, herói confederado da Guerra de Secessão. Alcançando mais de 15 metros de altura, a estátua simboliza valores conservadores do Sul. Estabeleceu-se o debate, iniciado em 1995, e logo o monumento a Arthur Ashe é inaugurado, sem pompa e sob protestos de um grupo conservador, a uma certa distância da estátua do general confederado, mas na mesma avenida.

Leib (2002) argumenta que houve um forte debate em torno da localização e da paisagem a ser criada, porque ambas transmitem informações a respeito de raça, poder e identidade, elementos em oposição em uma cidade branca e negra.

A construção da Basílica de Sacré-Coeur de Montmartre, em Paris, foi envolta em um longo processo de afirmação e contestação social. Em razão da derrota militar para a Prússia em 1870, que gerou o cerco de Paris, e do levante social, que culminou com a Comuna de Paris, em 1871, a elite francesa comprometeu-se em 1872 a erguer um monumental templo para expiar os “pecados” franceses, inclusive a Comuna de Paris, como também em agradecimento pelo fim do cerco à cidade. O lugar escolhido foi a colina de Montmartre, que domina toda a cidade, o único lugar onde a “dominação simbólica podia ser assegurada” (HARVEY, 1979, p. 376). Essa colina foi no passado lugar de martírio dos primeiros cristãos, daí derivando o seu nome que significa “monte dos mártires”; durante a Comuna foi um dos lugares onde legalistas e revoltosos foram mortos. A colina estava, pois, impregnada de simbolismo.

A natureza política do templo manifestou-se nos debates a favor e contra a sua construção. Em 1919, o templo foi finalmente consagrado, comemorando-se a vitória sobre a Alemanha. Protestos, por outro lado, impediram que a Estátua da Liberdade, posteriormente doada e localizada em Nova York, fosse instalada em frente ao templo.

Harvey pergunta o que representa esse monumento. Um símbolo identitário das elites? Argumenta ele que na Basílica estão representados todos aqueles que participaram das lutas sociais da França, monarquistas e republicanos, militares e cerca de 20.000 “communards” mortos em 1871. A história das lutas sociais está gravada no monumento.

Os monumentos localizados na região escocesa das Highlands revelam também os conflitos que ali se verificaram desde o século XVIII, derivados das profundas transformações ocorridas no mundo agrário, em que verificou-se uma mudança no uso do solo, na estrutura fundiária e nos processos produtivos. Migrações e a formação de um campesinato sem terras e de uma pobreza rural foram as conseqüências sociais imediatas. A paisagem foi também alterada (WITHERS, 1996).

Protestos e embates verificaram-se, ao mesmo tempo que do lado dos grandes proprietários de terras verificaram-se manifestações de regozijo. Nas proximidades da pequena cidade de Golspie foi erigido em 1834 uma enorme estátua, situada sobre um pedestal, alcançando mais de 20 metros de altura, do Primeiro Duque de Sutherland, o principal responsável pelas transformações agrárias nas Highlands. A estátua domina a paisagem da qual o Duque foi o principal artífice. Conhecido regionalmente como o Duque Negro, em 1994 sua estátua foi objeto de contestação por parte de grupos com profunda visão crítica da história regional. A destruição da estátua foi proposta “como um meio de

apagar a versão (dominante) da história, de modo a refazer uma nova identidade local no futuro” (WITHERS, 1996, p. 332). A despeito de concordar com a interpretação sobre o papel do Duque de Sutherland na história e geografia agrária da região, outro grupo admitia a permanência da estátua porque ou negavam outros significados para o local ou porque acreditavam que a “identidade local deve incorporar o passado e não negá-lo ao apagar os seus traços” (WITHERS, 1996, p. 332-333).

As lutas pela terra (Highland Land Wars, segundo Withers) são a contrapartida. Protestos, confrontos, ocupação de terras verificaram-se durante os séculos XVIII, XIX e XX. Ainda que com contradições por parte dos sem-terra e rendeiros, essas lutas foram celebradas com monumentos, menos grandiosos, mas significativos, marcando a paisagem com formas simbólicas de contestação: em Glendale, Braes, Gartymore, Culloden, Knoydart e Park Deer, entre tantos outros (WITHERS, 1996). Representam eles a memória popular, de agricultores sem-terra e rendeiros, em oposição à memória da elite. A paisagem contém, assim, formas simbólicas cujos significados são profundamente distintos e antagônicos. Esses monumentos reforçam as identidades dos lugares, construídas por meio de embates cujo foco é a terra.

MEMORIAIS: AS GUERRAS E OS MORTOS

Os “lugares de memória”, expressão cunhada por Pierre Nora (1989), têm entre suas formas materiais os memoriais de guerra. Neles, a “memória está cristalizada e transpira”, gerando o “sentido de continuidade histórica” (NORA, 1989, p. 7). Híbrido de uma relação entre memória e história, os memoriais são construções sociais, sendo assim representações, sempre problemáticas e incompletas, do pas-

sado. São objetos “abertos a diferentes interpretações e maleáveis de acordo com as necessidades de poder do Estado e de forças religiosas” (CHARLESWORTH, 1994, p. 579). São assim objetos cujos significados podem ser recriados e apropriados por instituições e grupos com motivações, interesses e práticas distintas e, por vezes, contraditórios. Nesse sentido, os questionamentos feitos por Mayo (1988, p. 62), são muito pertinentes: i) do ponto de vista funcional como os memoriais de guerra podem ser distinguidos entre si? ii) por que alguns memoriais são mais socialmente valorizados do que outros? iii) que relações existem entre a localização e a definição física e funcional do memorial de guerra? e iv) como a mutável compreensão do passado afeta os memoriais de guerra?

Os diferentes significados atribuídos aos memoriais de guerra aparecem, por exemplo, ao se considerar os monumentos dedicados aos soldados confederados mortos durante a Guerra de Secessão, localizados em inúmeras cidades do Sul dos Estados Unidos. A localização deles em espaços públicos foi objeto de debates, pois os monumentos representam uma reafirmação de valores sulistas derrotados nos campos de batalha (DAVIS, 1982). Como afirma Mayo (1988), os memoriais de guerra são parte da memória política de uma nação, seja ela vencedora ou derrotada na guerra. Os monumentos localizados na Austrália e relativos aos 60.000 australianos mortos ou desaparecidos durante a 1ª Guerra Mundial constituem exemplos de representações materiais relativas quer à afirmação nacional, quer à contestação, como indica Jeans (1988). Os três exemplos, a seguir, ratificam a tese da plurivocalidade dos memoriais de guerra. Referem-se eles ao memorial dos veteranos de guerra do Vietnã, em Washington, ao memorial em Auschwitz, Polônia, e aos memoriais britânicos localizados no “front

ocidental”, relativos à 1ª Guerra Mundial.

O Memorial dos Veteranos do Vietnã, erigido em 1982, constitui-se em exemplo de monumento que revela contestação. Sua concepção, por uma jovem estudante americana de origem chinesa, Maya Lin, foi considerada como uma forma de valorização do “outro”, mulher, anônima, não-branca e de outra cultura. A contestação aparece também na localização do Memorial, próximo ao prédio do Congresso e do Lincoln Memorial, lugares de celebração e símbolos nacionais. A contestação é ratificada ao se considerar o próprio monumento. Construído em granito negro, é constituído por duas muralhas, cada uma com 160 metros de extensão e três metros e meio de altura, em forma de V. No interior das muralhas estão gravados os nomes dos 58.132 soldados mortos na guerra. A sua forma gerou inúmeras interpretações, uma delas definindo o monumento como a “cicatriz negra da vergonha” (the black gash of shame). O negro do Memorial contesta a alvura do Lincoln Memorial. Transformado em santuário cívico, o memorial era visitado diariamente, nos anos 80, por cerca de 20.000 pessoas (STURKEN, 1991). Celebração e contestação estão co-presentes no mesmo espaço, possibilitando interpretações opostas.

A memorialização do Holocausto, exemplificada com o caso de Auschwitz, analisado por Charlesworth (1994) não foge à regra. Trata-se do mais tenebroso campo de concentração e extermínio de judeus implantado na Polônia pelo nazismo: cerca de quatro milhões de pessoas, das quais 87% eram judeus, em sua maioria judeus não-poloneses, foram ali sacrificados (CHARLESWORTH, 1994). Auschwitz foi escolhido, após 1945, para ser o local onde um memorial seria construído. Outros campos tinham sido destruídos pelos nazistas, como Treblinka

e Sobibor, ou re-utilizados pelo serviço secreto soviético, como Majdanek, sendo assim considerados inconvenientes para um memorial. Auschwitz, por outro lado, era, entre os principais campos de concentração, o mais ocidental, em local, à época, próximo à fronteira alemã, de onde vieram os algozes.

Liberado pelo exército soviético, Auschwitz foi, durante o regime comunista na Polônia, considerado como um memorial associado ao assassinato de milhões de pessoas pelo terror nazista. Não havia referência aos judeus. O processo de de-judeização de Auschwitz foi, a partir dos anos 70, fortemente ampliado. Os judeus foram, de novo esquecidos e o campo de concentração passa a ser considerado como o símbolo do martírio do católico povo polonês: ali foram assassinados poloneses, entre eles padres e freiras, incluindo Padre Kolbe, beatificado e canonizado posteriormente, e Edith Stein, uma judia convertida que se tornara freira (CHARLESWORTH, 1994).

A catolicização de Auschwitz foi intensa. Em 1983, o lugar da sede do comando nazista foi transformado em igreja e em 1984 é inaugurado um convento das Carmelitas. Cerimônias religiosas como a Via Sacra são ali realizadas. Uma enorme cruz domina a paisagem de Auschwitz.

A sovietação e a catolicização de Auschwitz, em detrimento da memória de milhões de judeus ali assassinados, não se faz sem protestos por parte de representantes religiosos e intelectuais. A apropriação e a metamorfose, duplamente efetivadas, de um dos mais tristes “lugares de memória” da história humana, têm um sentido político por parte daqueles que não foram as mais numerosas vítimas de um genocídio sistemático e cientificamente programado. A apropriação e a metamorfose do memorial situa-se na interface de um conflito no qual estão em jogo elementos como poder e identidade tanto políti-

ca, como nacional e religiosa.

Cerca de um milhão de soldados britânicos morreram durante a 1ª Guerra Mundial, especialmente no Front Ocidental, na Bélgica e na região nordeste da França em particular. Desde 1915, intensos debates trouxeram à tona o destino dos corpos dos soldados mortos em combate. Nesse debate estavam envolvidas posições a favor do repatriamento e enterro individual, diferenciado, e a favor da criação de cemitérios e memoriais no continente europeu, o mais próximo possível dos campos de batalha. Nesse contexto não haveria diferenças, os cemitérios seriam os mais semelhantes possíveis e os túmulos indiferenciados, sendo apenas indicados o nome do soldado e a sua unidade. Os debates envolviam questões relativas às diferenças sociais, religiosas e de identidade nacional. A segunda proposição foi vitoriosa, a despeito das inúmeras críticas feitas a ela (HEFFERMAN, 1995).

Com a permissão dos governos belga e francês terras foram compradas e já em 1917 o Directorate of Graves Registration and Enquiries, órgão encarregado do assunto, já tinha registrado 150.000 túmulos e 70 cemitérios estavam prontos. Isso já definia a impossibilidade de transferir os corpos para a Inglaterra após a guerra. O número de cemitérios aumentou, incluindo minúsculos cemitérios e aqueles com mais de 10.000 túmulos, como os de Tynce Cot e Étaples. Em 1930, foram criados 891 cemitérios no Front Ocidental, com cerca de 550.000 túmulos.

Mais de 500.000 soldados, contudo, estavam desaparecidos. Foram então construídos 19 grandes memoriais, inclusive aqueles para os soldados canadenses, australianos, neo-zelandeses, sul-africanos, indianos e da Irlanda do Norte: o Ulster Memorial Tower, construído em 1921, é um exemplo da prática de construção de formas simbólicas com nítido sentido político. Entre os memoriais estão o Menín

Gate Memorial, localizado em Ypres, Arras Memorial e o Somme Memorial, localizado em Thiepval. Este último foi planejado para atingir uma altura de 55 metros, mas alcança 44 metros, cinco metros que o Arco do Triunfo, conforme acordo entre os governos francês e inglês: afinal, não poderia um memorial inglês, localizado em território francês, ser mais elevado que o grande memorial parisiense, um dos símbolos nacionais. Inaugurado em 1932, domina a paisagem em torno, sendo visto a quilômetros de distância. Nele estão gravados os nomes de cerca de 75.000 soldados desaparecidos em uma das mais sangrentas e cruciais batalhas da 1ª Guerra Mundial.

Os cemitérios e memoriais tornaram-se lugares sagrados, destino de peregrinação cívica, considerados como símbolos da identidade nacional britânica. Ainda na década de 1990, uma dúzia de empresas turísticas organizam “tours” a esses santuários cívicos, que atraem milhares de turistas, emocionalmente já distantes daqueles ali enterrados ou lembrados. Como Hefferman argumenta, a política britânica optou por criar um quadro de recordação dos mortos da guerra, visando esquecer a própria guerra. Mas a pergunta que fica sem resposta é, afinal, para que e por quem esses e todos os soldados morreram? Os memoriais, submetidos a múltiplas interpretações, podem também dar origem a esses questionamentos. Os memoriais de guerra são, em realidade, formas simbólicas que se reportam ao sacrifício humano em guerras e genocídios, nunca justificáveis.

SISTEMATIZANDO ALGUNS PONTOS

Alguns pontos devem ser agora sistematizados. O primeiro refere-se à localização dos monumentos. Apesar dos templos terem a visibilidade e a acessibilidade garantidas em virtude de suas di-

mensões e do poder de atração que exercem sobre os fiéis, a localização, especialmente para os demais monumentos, é de fundamental importância, pois a visibilidade e a acessibilidade maximizadas garantem a maximização da capacidade de comunicarem aquilo que deles se espera. Mas a localização representa muito mais do que visibilidade e acessibilidade. Além de seu caráter absoluto, referente ao sítio do monumento, e de seu caráter relativo, referente à acessibilidade face aos espaços sociais e econômicos da cidade, a localização apresenta um caráter relacional, que inclui os significados que foram construídos a seu respeito pelos diversos grupos sociais. Esse é um ponto importante porque o monumento pode incorporar os significados já atribuídos à sua localização. Ao mesmo tempo, esses significados, em razão da presença de um dado monumento, podem ser fortalecidos, ampliando o potencial simbólico do lugar. Inversamente, a localização de um monumento pode minimizar ou reverter os significados atribuídos ao lugar, estabelecendo-se uma ambigüidade locacional. Assim, a localização é parte integrante do planejamento de um monumento, seja templo ou não.

O caráter relacional da localização foi objeto de consideração, e por vezes de debates, na escolha do sítio da estátua de Arthur Ashe, em Richmond, da Basílica Sacré Coeur de Montmartre, em Paris, do pretendido Palácio dos Soviets, em Moscou, do monumento a Vittorio Emanuele II, em Roma, e do monumento aos Bandeirantes em São Paulo. Pode-se, assim, falar em política locacional das formas simbólicas.

O segundo ponto diz respeito à escala do monumento, entendida tanto como dimensão absoluta, envolvendo área, volume e altura do monumento, como dimensão relacional, envolvendo a comparação com monumentos de mesma natureza, mas produzidos e considerados expressões sim-

bólicas por grupos e instituições em confronto. A escala, assim qualificada, expressa poder e, mais do que isto, pode expressar supremacia. Nesse sentido, como se refere Marston (2000), a escala é uma construção social, tendo uma conotação política.

A estátua equestre do general Robert Lee, em Richmond, a Basílica de Sacré Coeur de Montmartre, em Paris, e o monumento a Vittorio Emanuele II, em Roma, são exemplos de monumentos cujas dimensões absolutas exprimem poder, de fato, ou simbolicamente a eles atribuídos. A competição entre grupos e instituições em confronto, por meio de seus monumentos, aparece, por exemplo, na política de escala estabelecida pela Igreja Ortodoxa Russa face à Igreja Católica Romana e pelo governo soviético face ao mundo capitalista, cujo monumento mais expressivo situava-se em Nova York.

O terceiro ponto, por sua vez, refere-se à interconexão entre práticas de afirmação ou contestação política que, à primeira vista podem parecer isoladas entre si. Este ponto, por outro lado, deriva do anterior e aborda essas práticas em escala mais ampla. Essas práticas articulam processos gerais por meio de formas simbólicas que aparentemente têm significados localizados em contextos locais, regionais ou nacionais. Mas apenas aparentemente.

Os monumentos aqui analisados foram criados nos séculos XIX e XX, um período em que se verificaram profundas contradições e mudanças – unificação nacional, expansão imperialista, independência política, conflitos sociais, afirmação de uma classe burguesa, ascensão e queda de regimes totalitários, entre outros – que alteraram valores e crenças e ao mesmo tempo suscitaram novas formas simbólicas. Como as mudanças acima mencionadas estão conectadas entre si, ainda que nem sempre de modo direto, é possível estabelecer conexões entre esses monumentos. Assim,

estabelece-se uma articulação entre a recusa parisiense de instalar a Estátua da Liberdade em frente à Basílica de Sacré de Montmartre e a sua localização em Nova York. Ou uma conexão entre a inauguração do Empire State Building em Nova York, em 1931, e o projeto, no mesmo ano, do Palácio dos Soviets, em Moscou, cuja altura suplantaria à do então mais elevado prédio do mundo. Ou entre os memoriais dedicados a todos aqueles que, independentemente de classe, raça ou religião, morreram em todas as guerras. Singulares em sua aparência e sentido, os monumentos fazem parte da história e da geografia geral.

Na história e na geografia dos monumentos questiona-se, como faz Loukaki (1997, p. 310), sobre “quem, exatamente, tem o poder e o privilégio para definir padrões de julgamento para a compreensão e transformação” de monumentos que foram construídos no bojo de uma história e geografia marcadas por contradições e conflitos. Celebração e contestação são partes integrantes da mesma realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que monumentos existem no Brasil que merecem ser analisados? Essa questão torna-se duplamente pertinente. Primeiramente em virtude dos monumentos, cívicos ou religiosos, poderem ser objetos de disputas entre grupos distintos e, assim, serem submetidos a interpretações contrastantes, revelando a sua natureza política. Esta pode ser revelada mesmo sem contradições e conflitos aparentes. Em segundo lugar, torna-se pertinente em razão da história e da geografia do país terem sido caracterizadas por marcadas contradições e conflitos. Essas contradições e conflitos traduziram-se em representações por meio de monumentos? Se isso for verdadeiro questiona-se sobre o contexto econômico, social e político envolvendo a construção dos monumentos, os agentes

sociais participantes desse processo, bem como os seus interesses e os embates entre eles, a localização dos monumentos tanto à escala regional como intra-urbana, sobre a iconografia dos mesmos e os seus significados de acordo com os diversos grupos em confronto. Os estudos sobre monumentos brasileiros já foram iniciados, como aqueles realizados por Diniz Filho e Ribeiro, este último na coletânea organizada por Paulo Knauss. Mas há muito mais a ser feito.

Nos monumentos estão inscritas as representações que os homens fazem da história e da geografia. São eles, portanto, parte da complexa e variável temporalidade e espacialidade que caracterizam a ação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATKINSON, D. e COSGROVE, D. Urban Rhetoric and Embodied Identities: City, Nation and Empire at the Vittorio Emanuele II Monument in Rome, 1870-1945. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 88, n. 1, p. 28-49, 1998.
- AUSTER, M. **Monument in a Landscape: The Questions of "Meaning"**. *Australian Geographer*, v. 28, n. 2, p. 219-227. 1997
- BELL, J. **Redefining National Identity in Uzbekistan: Symbolic Tensions in Tashkent's Official Landscape**. *Ecumene*, v. 6, n. 2, p. 183-213. 1999
- CHARLESWORTH, A. **Contrasting Places of Memory: The Case of Auschwitz**. *Society and Space*, n. 12, p. 579-593. 1994
- CORRÊA, R.L. Monumentos, Política e Espaço. Z. ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L.(orgs.) **Temas da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2005.
- DANIELS, S. e COSGROVE, D. Spectacle and Text. *Landscape Metaphors in Cultural Geography*. DUNCAN, J. ; DAVID, L (orgs.). **Place/Culture/Representation**, Londres: Routledge, 1993.
- DAVIS, S. Empty Eyes, Marble Hand: The Confederate Monument and the South. **Journal of Popular Culture**, v. 16, n. 3, p. 2-21. 1982
- DINIZ F^o, L.L. O "Monumento dos Bandeirantes" – Um Estudo Crítico Sobre as Relações entre Espaço, Política e Cultura. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 71, p. 65-82. 1992
- DUNCAN, J. **The City as Text. The Politics of Landscape Interpretation in the Kandyan Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990
- DUNCAN, N. e SHARP, J.P. Confronting Representations. **Society and Space**. n. 11, p. 473-486. 1993
- HARVEY, D. Monument and Myth. **Annals of the Association of American Geographers**. v. 69, n. 3, p. 362-381. 1979
- HEFFERMAN, M. For Ever England: The Western Front and the Politics of Remembrance in Britain. **Ecumene**. v. 2, n.3, p. 293-323. 1995
- JOHNSON, N.C. Sculpting Heroic Histories: Celebrating the Centenary of the 1798 Rebellin in Ireland. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 19, n. 1, p. 78-93. 1994
- JOHNSON, N.C. Cast in Stone: Monuments, Geography and Nationalism. **Society and Space**, n. 13, p. 51-66. 1995
- KNAUSS, P. (org.). **Cidade Vaidosa**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999
- LEIB, J.I. Separate Times, Shared Spaces: Arthur Ashe, Monument Avenue and the Politics of Richmond, Virginia's Symbolic Landscape. **Cultural Geographies**, n. 9, p. 286-312. 2002
- LIVINGSTONE, D. e HARRISON, T. Meaning Through Metaphor: Analogy as Epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 72, n. 1, p. 95-107. 1982
- LOUKAKI, A. Whose 'Genius Loci?: Contrasting Interpretations of the 'Sacred Rock of the Athenian Acropolis'. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 87, n. 2, p. 306-329. 1997
- MARSTON, S.A. The Social Construction of Scale. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 2, p. 219-242. 2000
- MAYO, J.M. War Memorials as Political Memory. **Geographical Review**, v. 78, n.1, p. 62-75. 1988
- MONDADA, L. e SÖDERSTRÖM, O. Du Texte à l'Interaction: Parcours à Travers la Géographic

Culturelle Contemporaine. **Géographie et Cultures**, n. 8, p. 71-82. 1993

MORAES, A.C.R. **Ideologias Geográficas – Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo, HUCITEC. 1988

NORA, P. Between Memory and History: “Les Lieux de Mémoire”. **Representations**, v. 26, n. 1, p. 7-25. 1989

PEET, R. A Sign Taken for History: Daniel Shays Memorial in Petersham, Massachusetts. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 86, n. 1, p. 21-43. 1996

RIBEIRO, M.E.M. Memória em Bronze. KNAUSS, P. **Cidade Vaidosa**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999

ROWNTREE, L.B. e CONLEY, M.W. Symbolism and the Cultural Landscape. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 4, p. 459-479. 1980

SIDOROV, D. National Monumentalization and the Politics of Scale: the Resurrections of the Cathedral of Christ the Savior in Moscow. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 90, n. 3, p. 548-572. 2000

STURKEN, M. The Wall, the Screen and the Image: The Vietnã Veterans Memorial – Commemorating a Difficult Past. **Representations**, v. 5, n. 1, p. 118-142. 1991

WITHERS, C.W.J. Place, Memory, Monument: Memorializing the Past in Contemporary Highland Scotland. **Ecumene**, v. 3, n. 3, p. 325-344. 1996

(Recebido em 15/04/2007 e aceito para publicação em 25/05/2007)